

ACTA DA DÉCIMA QUARTA ASSEMBLEIA DA COMUNIDADE URBANA DA LEZÍRIA DO TEJO (CULT)

--- Aos vinte e oito dias do mês de Abril do ano de dois mil e oito, na sala de reuniões da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, reuniu-se a Assembleia da CULT, Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, na sequência de Convocatória efectuada ao abrigo do disposto na alínea a), do nº 2, do artº 14º, da Lei 10/2003, de 13 de Maio e de acordo com a Ordem do Dia, antecipadamente divulgada junto de todos os seus deputados. -----

--- Os respectivos trabalhos tiveram início pelas 21.15 horas, tendo a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dado as boas vindas a todos os presentes, sendo eles: José Manuel Bento Sampaio (Vice-Presidente da Mesa), Manuel Correia Nunes (Vice-Presidente da Mesa), Carlos Alberto Salvador Pernes, Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo, Paulo Martinho da Costa Ramalho Cardoso (em substituição de António José Pereira Góis dos Santos Nascimento), Victor Manuel Marques Damião, Joaquim Grácio Morgado (em substituição de António Mário Valada Rodrigues Figueiredo), José Joaquim de Jesus Braz, António Pratas Cardoso, José Joaquim Pardal Melão (em substituição de Manuel Santos Coelho), Manuel Correia Nunes, Isabel Maria Pinto de Almeida, António José Rodrigues, Vera Lúcia Pedro Coelho Santos Veríssimo Noronha, Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias, Carlos Manuel Luís Catalão, Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes, João Manuel de Jesus Brito (em substituição de Jaime Manuel Teodoro Santos, que justificou a falta), Carlos Manuel Russo Mota, João Pedro Antunes Osório, Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto, José Francisco Dias Nunes, Rui Augusto Nabais, Ana Carla Ferreira Gonçalves (em substituição de Rogério Mendes Coito, que justificou a falta), João Miguel Gonçalves Lopes, Carlos José Pratas da Silva e Júlio do Carmo Cabecinha Rosado.-----

--- Faltaram à reunião os seguintes membros: José Luís Cabrita, Bruno Miguel Lince Mariano Medinas, Luísa Pinheiro Portugal, Fernando Manuel Duarte dos Santos, António Maria de Almeida Calado Maia, Luís Manuel Leandro da Silva e Pedro Filipe de Oliveira Malaca, que não apresentaram justificação de falta.-----

--- O deputado Armindo Castelo Bento, que apresentou respectiva justificação de falta, não foi substituído. -----

--- Foi a seguinte a Ordem de Trabalhos da Sessão:-----

--- **Período «Antes da Ordem do Dia»**-----

---- **Período da «Ordem do Dia»:**-----

1 – Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana;-----

2 – Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2007.-----

--- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Maria Marques Salvador Serrão de Menezes Moniz (PS)**, dando início à sessão, agradecendo a presença de todos e saudando os senhores Deputados que se apresentavam pela primeira vez. Colocou de seguida à apreciação e votação as actas das Assembleias anteriores. Começou pela acta da décima primeira sessão, de 27 de Junho de 2007, e lembrou que a referida acta já tinha vindo à votação e já tinha sido alvo de rectificações. Colocou, de seguida, a acta à apreciação por parte dos senhores Deputados.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, lembrando a página 417, referindo-se a três propostas em votação, que diziam o seguinte: “submetida à votação a proposta 1, a mesma foi rejeitada, com 27 votos contra, 7 votos a favor e 1 abstenção”. Ora, tal somava 35 votos. De seguida era referido “submetida à votação a proposta 2, a mesma foi aprovada, com 19 votos a favor, 14 abstenções e 1 voto contra”, o que totaliza 34 votos. Seguidamente estava escrito “submetida à votação a proposta 3, a mesma foi rejeitada, com 16 votos contra, 15 votos a favor e 4 abstenções”, onde se

contavam novamente 35 votos. O senhor Deputado considerou que tal deveria ser corrigido.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que aceitava o comentário, mas que estes resultados foram verificados e nada garantia que não fossem assim. Alguém poderia ter-se ausentado durante essa votação. Portanto era algo que não poderia ser rectificado, uma vez que quando se fez a acta verificou-se que os dados estavam em conformidade com os apontamentos da Mesa. Assim, provavelmente alguém ter-se-á ausentado durante alguma das votações.-----

---- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Margarida Avelar Santos Nunes Netto (CDS-PP)**, referindo que votação mencionada na página 397, o CDS-PP não figurava na votação. Solicitou que se colocasse a votação do CDS-PP nos votos a favor. Na página 405, na moção “Aeroporto Internacional de Lisboa”, constavam 22 votos a favor e 14 contra, o que perfazia 36 votos, mais um do que a totalidade dos Deputados e, mais uma vez, o CDS-PP não figurava. Propôs que o CDS-PP figurasse nos votos a favor. Na página 417 fez o mesmo reparo relativo ao número de votos. Na página 419, verificou a existência de 35 votos, quando só estavam na sessão 34 Deputados.-----

- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando aos funcionários da CULT a lista de presenças da referida Assembleia, para se confirmarem todos os dados. Submeteu nova apreciação da acta para o final do Período Antes da Ordem do Dia, se assim fosse autorizado. A senhora Presidente passou de seguida à acta da décima segunda sessão da Assembleia da CULT, de 27 de Dezembro de 2007. Não havendo inscrições para a apreciação da acta, a senhora Presidente colocou-a à votação.-----

--- Submetida à votação a **acta da décima segunda sessão da Assembleia da CULT**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA** com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 17;-----

--- Abstenções: 5.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, colocando à apreciação a acta da décima terceira sessão da Assembleia, realizada no dia 10 de Março de 2008.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Rui Augusto Nabais (PS)**, dizendo que na página 224, na linha 3, estava um ponto de interrogação à frente do seu nome. Solicitou que o retirassem.-----

--- Submetida à votação a **acta da décima terceira sessão da Assembleia da CULT**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA** com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 18;-----

--- Abstenções: 6.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando um período de cinco minutos para a Mesa verificar a lista de presenças relativa à acta da décima primeira sessão da Assembleia, período que foi autorizado. Após esse período voltou à apreciação a referida acta.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, dizendo que a metodologia, em termos das presenças dos senhores Deputados na acta, poderia ser a seguinte: “nome do deputado, em substituição de, que justificou a falta”. Assim não haveria confusões. O senhor Deputado explicou que já lhe tinha acontecido faltar, justificar a falta, pedir para ser substituído e, uma que as actas são aprovadas vários meses depois, ter ficado na dúvida porque é que o seu nome não constava.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, considerando que esta metodologia poderia facilitar o trabalho de todos. Solicitou aos funcionários da CULT encarregues deste trabalho de tomarem a devida nota e passarem a redigir desta forma as actas.-----

--- Submetida à votação a **acta da décima primeira sessão da Assembleia da CULT**, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA** com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 19;-----

--- Abstenções: 5.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, abrindo o Período Antes da Ordem do Dia da sessão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Francisco Dias Nunes (PS)**, questionando o senhor Presidente da Junta da CULT sobre uma reunião sobre o QREN, que tinha decorrido em Évora no dia 14 de Abril. Quis saber se a contratualização dos Centros Escolares foi aprovada para a CULT e para o Distrito de Santarém. Fez também um apelo aos colegas Deputados, que por inerência pertencem às diversas Assembleias Municipais da Lezíria, que não faltassem, considerando as faltas uma falta de civismo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Russo Mota (PS)**, solicitando um pedido de esclarecimento. Na última sessão da Assembleia da CULT foi aprovado que o Revisor Oficial de Contas emitisse parecer para as contas de 2007, ficando 2008 para uma posterior resolução. O senhor Deputado pensava que seria possível aparecer na convocatória da presente sessão um ponto da ordem do dia que tratasse deste assunto. Recordou a proposta do Deputado António José Rodrigues, da CDU, dizendo que se não fosse demonstrado que a consulta tinha sido feita para o ano de 2007 e subsequentes seria preferível aprovar a proposta tal e qual como estava para o ano de 2007 e abrir novo concurso para o ano de 2008. Lembrou ainda que este ponto da ordem de trabalhos tinha terminado com a aceitação por parte do senhor Presidente da Junta da CULT, dizendo que a proposta efectuada pelo senhor Deputado ultrapassava qualquer inconveniente, na medida em que, aprovada a proposta efectuada pelo senhor Deputado, ficaria resolvido o problema para 2007, que era o que interessava no momento. Mas, face ao que ficou escrito, ter-se-ia que abrir concurso para 2008.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Miguel Gonçalves Lopes (PSD)**, pretendendo confirmar a recepção do e-mail que tinha efectuado e saber se a Mesa já tinha recebido resposta por parte da Junta, sobre as contas da Inovartejo e Municípia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália**

Moniz (PS), respondendo ao senhor Deputado João Lopes e dizendo que a Mesa ainda não tinha recebido qualquer resposta e que daria conhecimento quando a mesma fosse enviada. Passou de seguida a palavra à Junta da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes (PS)**, explicando que, sobre os Centros Escolares, a contratualização propriamente dita ainda não tinha sido feita porque se estava naquele momento numa fase terminal da negociação, esperando-se que pudesse vir a concretizar-se durante o mês de Maio. No entanto, adiantou que no que dizia respeito à aprovação de candidaturas para a construção de Centros Escolares, havia indicações do Governo às várias CCDR'S do País para que as candidaturas à construção de Centros Escolares fossem aprovadas sem que as medidas correspondentes a esta área do QREN tivessem limitações de valores. Portanto, todas as candidaturas seriam consideradas válidas pelas várias Direcções Regionais de Educação e aprovadas, para que os Centros Escolares pudessem ser construídos. Esta foi considerada primeira prioridade por parte do Governo. Em relação ao concurso do ROC para 2008, referiu que na última Assembleia não tinha feito uma interpretação correcta da proposta em causa. Lembrou que o que tinha sido aprovado era só para 2007 e teria que haver um novo concurso para 2008. Referiu que o mesmo, quando fosse efectuado, viria para apreciação e votação da Assembleia-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo da CULT, António Manuel de Carvalho Torres**, referindo que, sobre as contas da Municípia e da Inovartejo, os serviços da CULT já as tinham remetido para o grupo parlamentar do PSD. Relativamente ao ROC, acrescentou que, para efeitos de economia de escala, a CULT iria eventualmente lançar um concurso para seleccionar um ROC para vários Municípios. Afirmou que se estava a proceder à consulta para saber quais os Municípios que pretendiam um novo ROC. Seria a CULT a lançar o concurso para os Municípios da CULT que assim o entendessem, para efeitos de economias de escala, para que a proposta de honorários do

respectivo ROC fosse eventualmente mais barata.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, passando à apresentação das Moções que chegaram à Mesa da Assembleia: uma Moção da CDU sobre a Proposta de Revisão do Código de Trabalho, uma Saudação da CDU ao 25 de Abril e ao 1º de Maio e um Voto de Protesto do PSD sobre as acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Joaquim de Jesus Braz (CDU)**, que apresentou uma Moção sobre a Proposta da Revisão do Código de Trabalho: "O Governo PS apresentou uma proposta de revisão do Código de Trabalho que confirma um passo em frente no ataque aos mais elementares direitos dos trabalhadores portugueses, nomeadamente nos seguintes aspectos: - Facilita os despedimentos individuais, sem justa causa, colocando todos os trabalhadores em situação precária; - Tenta liquidar a contratação colectiva, agravando ainda mais a situação que vigora no actual Código do Trabalho (prevendo que 18 meses após a entrada em vigor da revisão, todos os contratos possam caducar); - Desregulamentação do horário de trabalho; - Manutenção da eliminação do princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador (contratação colectiva); - Propósito de redução dos salários e remunerações; - Ataque e tentativa de enfraquecimento das organizações sindicais. Com esta proposta, o Governo agrava ainda mais as condições de vida dos trabalhadores portugueses e proporciona o aumento significativo do desemprego. Em vez de legislar em protecção do trabalhador e das pequenas e médias empresas, o Governo permite que se mantenham todas as formas de trabalho precário, em vez de combater o não cumprimento da lei pelas empresas. O Governo avança com critérios em relação aos horários de trabalho que arrasam qualquer possibilidade de conciliar a vida profissional com a vida pessoal e familiar, em particular no apoio aos filhos. Por último, por todas estas razões, a CDU manifesta-se contra a revisão do Código de Trabalho e apela para que sejam tomadas as medidas necessárias a uma maior justiça social, mais estabilidade no emprego e melhores condições e incentivos para as

pequenas e médias empresas, de modo a fazer face à grave crise económica que estamos a atravessar.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, apresentando uma Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio: “Quando acordámos na manhã do 25 de Abril de 1974, ao som de Grândola Morena (já lá vão 34 anos) sonhámos com a ilusão que iríamos viver numa democracia de vincado carácter social, em que os grandes grupos económicos se submetessem aos interesses da nação. O Partido que representamos, no âmbito da CDU, através dos seus militantes, dirigentes e outros democratas independentes, esteve sempre na primeira linha das grandes lutas por melhores condições de vida para os portugueses. Regozijamo-nos pelos primeiros anos de democracia, quando foram criadas condições para o aumento de salários dos trabalhadores, das pensões de reforma dos mais idosos, bem como a melhoria dos benefícios sociais, da assistência médica, a construção de mais e melhores escolas onde começaram a aceder milhares e milhares de alunos que antes era atirados para o trabalho infantil, etc. Durante alguns anos, os trabalhadores sentiram o rendimento do seu trabalho ser distribuído de forma equitativa entre eles e os seus patrões, enquanto o Estado ia garantindo prestações sociais aos desempregados e reformados, o que possibilitava a todos ir sobrevivendo com alguma dignidade. Nas últimas duas décadas, apesar de todos os governos terem prometido um futuro melhor aos portugueses, convencendo-os a aceitar mais e mais sacrifícios, o fosso entre as grandes fortunas e os mais desfavorecidos tem-se aprofundado em cada ano que passa, antevendo-se um futuro preocupante para a grande maioria dos portugueses. Todavia, com as ditas promessas, sempre foram mantendo a grande maioria do eleitorado ao lado de quem os engana, mas nos últimos meses, centenas de milhares de pessoas, acorreram a grandes manifestações de rua repudiando actuações do actual governo. Na senda deste tipo de governação sinuosa, com muitas curvas à direita e poucas à esquerda, para iludir os trabalhadores, as pequenas e médias empresas têm vindo a encerrar, devido ao rolo compressor

dos grandes grupos económicos que contratam com o Estado cedências e compensações e ainda grandes empreitadas de obras públicas, as quais depois desdobram em obras de menor envergadura para entregarem em regime de subempreitadas, às ditas pequenas e médias empresas, levando estas à falência e os seus trabalhadores ao desemprego, sugando para elas (grandes empresas) as mais valias. Por outro lado, os ministros enquanto governantes ao serviço da nação, negociam com as mencionadas grandes empresas contratos fabulosos, com duração de dezenas de anos, como a concessão à LUSOPONTE de todas as travessias rodoviárias sobre o Tejo a jusante de Vila Franca de Xira, bem como o Casino de Lisboa, auto-estradas, redes ferroviárias, etc., que depois, como prémio pelos grandes serviços prestados à nação, os tais ex-ministros vão parar aos conselhos de administração dos grandes grupos económicos, como Ferreira do Amaral, Jorge Coelho, etc., tal e qual como antes do 25 de Abril. Falando na agricultura portuguesa, que chegou a produzir cerca de 40% dos produtos que consumíamos, está em ruína e hoje produz menos de 15% do nosso consumo. As pescas têm vindo a ser abandonadas em benefício de outros parceiros europeus. Os patrões do sector industrial, mesmo fortemente suportado por avultados subsídios da nossa Administração Pública, sugam até poder as mais valias resultantes do esforço dos seus trabalhadores, depois encerram as suas instalações em Portugal para irem para outros países que também lhes concedem subsídios para produzirem os mesmos bens, voltando a sugar tudo o que estiver aos seu alcance. Em contrapartida os trabalhadores são sempre atirados para o desemprego. Veja-se o que se passou aqui bem perto de nós, em Azambuja, com o encerramento da OPEL. Enfim, é a economia global. Em termos de ensino e saúde pública, como se sabe as políticas dos últimos governos têm sido o encerramento de escolas, de postos médicos e de centros de saúde, criando condições para os grandes grupos económicos abrirem hospitais em localidades onde o Estado as encerrou, pelo que a saúde dos portugueses passou a ser um negócio. O Serviço Nacional de Saúde, em vez de ter sido aperfeiçoado, é hoje um

fantasma que assusta os nossos pobres reformados. Estimando-se que, actualmente, temos em Portugal cerca de dois milhões de pessoas a viver abaixo do limiar da pobreza, passando fome e sem dinheiro para medicamentos que necessitam. Mas ainda há mais. Estes governos, que tanto têm degradado os ordenados e condições sociais dos funcionários públicos, gasta mais em estudos encomendados a influentes gabinetes técnicos (geralmente de ex-ministros, familiares e amigos) do que gasta com as remunerações de centenas de milhar de funcionários públicos, muitos deles com capacidade técnica e científica para realizar os tais estudos encomendados. De tal modo este governo tem levado a cabo políticas de direita, ultrapassando o PSD pela sua direita, que este partido se encontra em frangalhos. Todavia, como não somos derrotistas, queremos continuar a lutar pelos verdadeiros ideais da democracia cívica, económica e social, apelando a todos os portugueses, em especial aos trabalhadores, que adiram em massa às próximas manifestações convocadas para o próximo 1º de Maio”.

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, apresentando um Voto de Protesto do PSD sobre as acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca: “O Grupo do Partido Social Democrata na Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, manifesta a sua preocupação através deste protesto, pela forma como está a decorrer a construção das acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca. A partir de meados deste ano, os CIRVER – Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos – iniciarão a sua laboração no concelho da Chamusca, tendo uma capacidade para tratar entre 80 mil e 150 mil toneladas de resíduos industriais perigosos (conforme notícia publicada no jornal “O Mirante”, edição de 21.02.2008). O funcionamento dos CIRVER terá, como implicação principal, o acréscimo do tráfego de veículos pesados que, do norte e do sul, do este e do oeste de Portugal, que confluirão para ali. Estando os CIRVER na Lezíria do Tejo, e dada a inexistência de alternativas de transporte rodoviárias que não as actualmente existentes, que implicam o atravessamento diário dentro de diversas localidades de camiões

com resíduos perigosos, a Assembleia da CULT já antes tinha reconhecido a necessidade da construção urgente do IC3, muitas vezes pela mão do PSD. A alternativa às vias existentes é o IC3, que ligará Almeirim a Tomar, cujo Estudo de Impacto Ambiental já esteve em consulta pública, tendo já sido definido o traçado a adoptar. No entanto, circularam no Verão passado algumas notícias que davam conta da intenção do Governo colocar portagens no IC3. Aliás, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Almeirim e da Junta da CULT, em declarações ao jornal “O Mirante” (edição de 23/08/2007) dizia: «Soube, na Direcção de Estradas de Santarém que está de pé a hipótese de se concessionar este troço do IC 3, passando a funcionar como auto-estrada e fazendo a ligação até Coimbra, funcionando como alternativa à A1. Isso poderá vir a abreviar a construção porque, como sabemos, a situação financeira não é alheia a este processo.» Há cerca de um mês, o Engenheiro Fonseca Ferreira, Presidente da Comissão Coordenadora de Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo afirmava que em termos rodoviários, a proposta do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo é a de «dar prioridade à construção da A13, a auto-estrada Porto Alto/Almeirim e que está previsto prolongar pela antiga Nacional 13 (Coimbra, Tomar, Chamusca, Alpiarça, Almeirim)». Disse, ainda, a este propósito, que «tal como em relação ao comboio que deslocamos da tradicional linha do Norte, em que tudo conflua para Lisboa, aqui também passa a ser um desdobramento da A1. Desde Coimbra passa a haver alternativa à A1 para conduzir directamente ao aeroporto e ao sul do País. Assim sendo pelas declarações de responsáveis políticos tudo nos leva a crer que há uma intenção efectiva de portajar o IC3, transformando-o em auto-estrada. É contra isso que estamos e por isso que apresentamos o presente voto de protesto. Com portagens no IC3 acreditamos que o principal problema que se coloca às populações onde os camiões com os resíduos industriais perigosos atravessarão manter-se-á. Os veículos que, a partir de meados deste ano, iniciarem o transporte dos resíduos perigosos para os CIRVER optarão, sempre, por fazê-lo pelas vias onde não se pague

portagens. O Grupo do PPD/PSD – Partido Social Democrata na Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo, protesta contra qualquer intenção de introduzir portagens para os pesados que pretendam aceder aos CIRVER na Chamusca e mais uma vez alerta para que o processo de construção do IC3 entre Almeirim e Tomar, seja concluído rapidamente, tendo em conta que os transportes com resíduos perigosos atravessam localidades da região, onde um acidente rodoviário pode representar uma catástrofe. Solicitamos à Mesa da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo que, se este Voto de Protesto for aprovado, o mesmo seja publicado nos órgãos de comunicação social regional, que corresponderia o Jornal O Mirante e Jornal O Ribatejo.”-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando inscrições para apreciação das Moções e Voto de Protesto. Justificou, entretanto, a sua votação contra a Moção sobre a Proposta da Revisão do Código de Trabalho, considerando-a prematura, uma vez que a proposta do Código do Trabalho tinha sido apresentada muito recentemente aos parceiros sociais, não sendo sequer ainda conhecida na totalidade. Relembrou ainda que o ano de 2007 registou a maior expressão no campo da contratação colectiva dos últimos anos. Assim, não conseguindo vislumbrar na proposta apresentada, entre outras coisas, que estivesse a ser feito um ataque e uma tentativa de enfraquecimento às organizações sindicais, não poderia votar favoravelmente esta moção.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa de Freitas Pato Afonso Dias (PSD)**, afirmando que a posição do PSD iria ser de abstenção em relação à Moção sobre a Proposta da Revisão do Código de Trabalho. Disse partilhar da opinião da senhora Presidente da Assembleia da CULT, considerando prematuro votar a favor ou contra a moção, dado que o assunto se encontrava ainda em discussão. A bem de todos, quer das empresas quer dos trabalhadores, tinham esperança que provavelmente fosse encontrada uma redacção final do novo Código do Trabalho, também com a participação dos parceiros sociais que iriam dando os seus contributos ao longo da discussão.

Nesse sentido, o PSD iria abster-se nesta Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Manuel Luís Catalão (PS)**, dizendo que naquele momento não tinha cabimento aquele tipo de Moção, dado que os parceiros estavam em negociações. A moção seria, por isso, uma tentativa de ultrapassar as estruturas sindicais em termos negociação. Assim, o PS iria votar contra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Manuel Marques Damião (PS)**, considerando também prematura a Moção da CDU. Efectuou de seguida uma análise política da Moção, onde, de acordo com o senhor Deputado, a CDU e outros democratas independentes achavam que se estava a dar um passo em frente no ataque aos mais elementares direitos dos trabalhadores portugueses. O senhor Deputado disse estar a ficar cansado dessa lenga-lenga teórica de defesa dos trabalhadores. Disse ter muitos amigos da CDU e admirava aquilo que o PCP tinha feito na luta antes do 25 de Abril, mas não queria que Portugal viesse a ser o sol da terra, a Coreia do Norte ou outra coisa do género e não aceitava nem admitia que o Partido Comunista tivesse mais consciência social ou preocupações pelos trabalhadores do que o senhor Ministro Vieira da Silva. O senhor Deputado disse estar perante a demagogia habitual, quando se tentava cavalgar ou potenciar algum receio dos trabalhadores portugueses. Mas esses trabalhadores começavam a perceber que tinham que se libertar da tutela CGTP/PCP. Deu o exemplo da Auto-Europa e dos resultados obtidos no sentido de salvaguarda dos seus postos de trabalho e de melhorar os seus salários. Portanto, referiu que naturalmente ia votar contra a Moção.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Antunes Osório (CDU)**, dizendo ter ficado estupefacto pelo facto de, 34 anos depois do 25 de Abril, o papão do Comunismo ainda mexer na cabeça das pessoas e de uma forma abismal. Prosseguiu afirmando que a demagogia, não vem da parte do PCP, da CDU ou do CGTP, mas sim da parte de quem está no Poder e está a querer justificar aquilo que é injustificável. Relembrou que a Moção não estava a pôr

em causa a discussão que os sindicatos faziam com os parceiros sociais. Estava, sim, a alertar para o facilitismo dos despedimentos individuais sem justa causa, para a tentativa de liquidar a contratação colectiva, a degradação do horário de trabalho, a manutenção e eliminação do princípio do tratamento mais favorável dos trabalhadores, etc. Referiu que estas eram situações que só quem não trabalhava por conta de outrem é que não sentia. Na opinião do senhor Deputado, isto não era demagogia, mas a posição dos partidos que compunham a CDU. Sublinhou que o PS é que fazia demagogia, porque um dia dizia uma coisa e outro dia fazia outra.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, afirmando que a Moção era uma tomada de posição política. Referiu que a CDU tinha tido acesso ao documento entregue na Assembleia da República, que era o continuar de um conjunto de legislação já antes aprovada e o agravar de outras situações. Referiu que a Moção enumerava um conjunto de situações reais, concretas, explicando que era do conhecimento de todos a tendência para a liberalização, a política neoliberal, com a liberalização dos horários de trabalho, com pessoas a trabalhar aos Sábados e Domingos e a impossibilidade de conciliar o apoio à família. Na opinião do senhor Deputado, isto nada tinha a ver com demagogia. No que toca à lenga-lenga da defesa dos trabalhadores, referida pelo senhor Deputado Victor Damião, questionou como é que um Partido Socialista que se dizia de esquerda vinha falar em lenga-lenga da defesa dos trabalhadores. Lembrou que os trabalhadores não viviam bem, nem tinham um bom nível de vida. Pediu, por isso, para se ter mais cuidado com as palavras, uma vez que elas tinham conteúdos. Prosseguiu afirmando que o Código do Trabalho, no seu conteúdo, não era mais do que uma viragem para a política neoliberal, fazendo o favor às grandes empresas, aos grandes grupos económicos, que pretendiam escravizar cada vez mais. Na opinião do senhor Deputado era escravização um trabalhador trabalhar 8 a 10 horas por dia, incluindo Sábados e Domingos, sem direito a horas de descanso e com um ordenado mensal de 400 ou 500 euros para casa por mês. Ao mesmo tempo,

com um custo de vida cada vez mais alto. O senhor Deputado terminou a sua intervenção lembrando que vivíamos num regime democrático, onde se devem respeitar diferentes opiniões, e que demagogia era falar do regime da Coreia do Norte. Referiu que, como portugueses, havia que implementar medidas que defendessem a qualidade de vida do povo português.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, para defesa da honra. Concordou com o referido sobre vivermos num regime democrático e lembrou que, tal como a Moção da CDU era uma tomada de posição política, a dele também era. No entanto, parecia que só a CDU tinha direito a ter tomadas de posição políticas e os outros não. Assim, voltou a dizer que já estava cansado da lenga-lenga, considerando que todos deviam libertar-se dela. Referiu que, de facto, todos poderiam ter as suas posições políticas, mas aceitar também ouvir as dos outros, facto que a CDU parecia não gostar. Lembrou ainda que o senhor Deputado na Assembleia da República, Bernardino Soares, ainda não há muito tempo tinha achado que a Coreia do Norte era um exemplo de Democracia e que se não gostavam de ouvir isso não o afirmassem. Concluiu dizendo que estávamos felizmente em Portugal numa Democracia, o Partido Comunista também teve em determinada altura a sua participação na construção dessa Democracia, tendo-se desviado depois um pouco, reconhecia esse trabalho, mas não aceitava lições de Democracia. Lembrou ainda que aos 16 anos a PIDE lhe cortou o primeiro artigo que escreveu para um jornal.-----

--- Submetida à votação a **Moção da CDU sobre a Proposta de Revisão do Código de Trabalho**, a mesma foi **REJEITADA** com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 10 (PS);-----

--- Votos a favor: 9 (CDU e BE);-----

--- Abstenções: 7 (PSD e CDS-PP).-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, abrindo a discussão da Moção “Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de

Maio”, já apresentada pela CDU. Prosseguiu referindo que não podia estar mais de acordo com a saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio, mas não podia estar de acordo com o texto apresentado. De acordo com a senhora Presidente, num tema que era de consenso estava a submeter-se à apreciação e votação um texto fracturante, logo indefensável. Relembrou que no ano transacto tinha-se realizado uma sessão da Assembleia da CULT na noite de 24 de Abril para 25 de Abril e que tinha ficado traumatizada por ter chegado à conclusão de que era das únicas pessoas que sabia a “Grândola, Vila Morena” do princípio ao fim. O 25 de Abril também se vê nos actos e nas palavras. Prosseguiu dizendo que tinha já feito algumas referências no exterior à referida Assembleia, por tê-la deixado impressionada. Mas que continuaria sempre a saudar o 25 de Abril. Perante uma frase da moção onde estava escrito “afinal o povo não aprendeu nada, visto que já era assim antes do 25 de Abril”, lembrou que antes do 25 de Abril havia a PIDE, não havia direito de associação, de falar livremente, de uma série de situações que hoje nem sequer estavam em causa. Segundo a senhora Presidente, era importante olhar para a História de uma forma muito racional. Prosseguiu afirmando que não poderia votar a favor da Moção porque, tendo em conta que nela era referida a perda de direitos, actualmente existe em Portugal subsídio de desemprego, subsídio social de desemprego, subsídio de desemprego para os funcionários públicos, subsídio social de maternidade inclusive para as grávidas que nunca trabalharam, etc. Segundo dados do INE, desde 2005 o fosso entre os 20% mais ricos e os 20% mais pobres foi reduzido. Para além disto, a senhora Presidente lembrou que na Moção se faziam afirmações sobre Ministros, negociações, negociatas, a LUSOPONTE, o Casino de Lisboa, etc, estando muitas destas situações em segredo de justiça. Questionou, portanto, se alguém teria o direito de estar a emitir opinião sobre questões que estão em segredo de justiça, que os tribunais e o Ministério Público estão a acompanhar. Na sua opinião, isso não era legítimo. Questionou ainda se seria legítimo falar em Ferreira do Amaral, Jorge Coelho, negociatas com amigos ou ex-dirigentes e se isso só valia para os governos, ou valia

também para as autarquias, empresas municipais, etc, independentemente da cor política de cada um. Questionou se aqueles que foram vereadores em Câmaras Municipais que agora estão nos conselhos de administração de muitas empresas municipais deveriam passar também por um período de nojo, ou não. A senhora Presidente afirmou que deveríamos ter muito cuidado quando nos referimos a estas questões, nomeadamente quando implicamos pessoas e falamos de casos que estão em segredo de justiça. A senhora Presidente lembrou ainda as questões das escolas, dos postos médicos ou da saúde dos privados mencionados na Moção. Perguntou aos senhores Deputados da CDU se já se tinham esquecido que o Governo denunciou a parceria com os privados no Hospital Amadora-Sintra e que pretende levá-la por diante. No que dizia respeito às questões dos estudos de ex-Ministros, de familiares e de amigos, também mencionados na Moção, a senhora Presidente disse considerar que se deveria falar com objectividade sobre aquilo que se conhece, para não se perder a razão. Perguntou, uma vez mais, se a avaliação que os senhores Deputados da CDU estavam a fazer era para os Governos ou também é para as autarquias de todas as cores políticas. Voltou a referir que havia que se ser consistente neste tipo de avaliação, fundamentalmente quando se colocava à aprovação um documento sobre o assunto mais nobre do nosso País, o 25 de Abril e o 1º de Maio. Um assunto que na Moção tinha implicações com as quais não podia concordar.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Hélder Nuno Jesus Cruz de Oliveira Pombo (PSD)**, começando por relembrar que o 25 de Abril não era da propriedade de nenhuma força política. Era resultado da vontade do povo português. Sendo o PSD um Partido de Abril, que defendia a liberdade tal como os outros partidos, achava o PSD que o conteúdo da Moção era algo inusitado. Com o devido respeito pelo autor desta proposta, o senhor Deputado disse considerar que a proposta contava uma versão da História dos últimos 34 anos algo incorrecta e misturava assuntos que nada tinham a ver com os valores de Abril. Assim, o PSD iria votar contra esta proposta, não devido a um parágrafo

ou outro, mas porque se começava a tentar banalizar Abril com assuntos que não se deviam misturar com os valores de Abril.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, dizendo que iria votar contra a Moção da CDU e propondo, em alternativa, um Voto de Louvor e Reconhecimento ao Herói Salgueiro Maia.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Alberto Salvador Pernes (CDU)**, dizendo que foi militar de Abril. Não querendo fazer demagogia com isso, afirmou que foi membro do MFA durante muito tempo e das Assembleias da Força Aérea. Conhecia, portanto, o processo por dentro e sabia que os militares quando fizeram o 25 de Abril tinham por base os três D's: a Democracia, o Desenvolvimento e a Descolonização. De acordo com o senhor Deputado, a esmagadora maioria dos militares não teve a noção da palavra Democracia. Interpretou a Democracia como direitos cívicos. Aliás, de acordo com o senhor Deputado, nós não temos que protestar da Democracia cívica, uma vez que existem os direitos consagrados na Constituição. Temos o direito de votar, de reunião e outros que até ao momento têm sido respeitados e que os Presidentes da República e os órgãos de soberania têm respeitado. Na opinião do senhor Deputado, o que não temos é uma verdadeira Democracia social e económica. Portanto, são essas diferenças e essas clivagens que estão hoje em causa. O senhor Deputado prosseguiu a sua intervenção dizendo que poderia devolver as palavras de demagogia, mas não o iria fazer. Segundo o senhor Deputado, a questão da Coreia do Norte dava vontade de rir. Mas se alguém do Partido Comunista referiu esse assunto, o senhor Deputado afirmou que não diria o mesmo. Os partidos são o que são e as pessoas idem, portanto cada um tem o direito de dizer o que pensa. Declarou que o PCP tinha o seu centralismo democrático, mas não chegava a esse ponto. Em relação às questões políticas evocadas, referiu que era a posição da CDU, que combatiam por ela, mas que da sua parte sempre respeitaria opiniões contrárias, mesmo discordando delas. De qualquer forma deixava o protesto de que não havia uma verdadeira Democracia social e económica. E se havia, que lhe provassem

isso.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, dizendo que a senhora Presidente da Assembleia da CULT, nas suas declarações, começou por referir um parágrafo que tinha já sido cortado e que nem sequer tinha sido lido. Prosseguiu dizendo que quando se referiam que ex-Ministros estão hoje a ser colocados em empresas dos grandes grupos económicos, tal qual como acontecia antes do 25 de Abril, era para lembrar que uma das razões do 25 de Abril foi precisamente os grandes abusos que se faziam com a saída de Ministros dos Governos de Salazar e Caetano para os conselhos de administração dos bancos e das grandes empresas. São apenas comparações. Referiu que não estavam a acusar ninguém e que os nomes referidos na Moção têm vindo a ser citados nos grandes órgãos de Comunicação Social. Prosseguiu dizendo que, provavelmente, quando a CDU fazia estes reparos não estaria sozinha. Provavelmente muitos dos socialistas e outros simpatizantes, quer do PS quer da área dos Sociais-democratas, também não estariam em sintonia com estas colocações. Quando a CDU referia na Moção os centros de saúde, queria lembrar que este Governo tem vindo a fechá-los e a criar piores condições de assistência às populações, sobretudo às rurais. Referiu que era de uma freguesia em que as pessoas, para terem direito a uma consulta, iam para o posto médico às 5 da manhã. Lembrou ainda que o Primeiro-Ministro tirou o tapete ao Ministro da Saúde e substituiu-o por outra pessoa, que parece estar a ter uma política um pouco mais consensual. O senhor Deputado prosseguiu afirmando que o PCP não queria ser o dono do 25 de Abril. Queria, isso sim, lutar pelos militares que fizeram o 25 de Abril. Questionou se Salgueiro Maia, se fosse vivo, estaria de acordo com todos os desvios àquilo que tem sido a prática política das últimas duas décadas. Disse ter dúvidas disso. Questionou ainda se era ou não verdade que em cada eleição que se seguia, o número de votantes é cada vez menor. Era ou não verdade que, como disse o Presidente da República nas comemorações do 25 de Abril, a juventude estava completamente afastada da política e na participação na

vida democrática deste país. Questionou, por fim, o porquê de tudo isto. -----

--- Submetida à votação a **Moção “Saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio”**, a mesma foi **REJEITADA** com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 17 (PS, PSD, BE e CDS-PP);-----

--- Votos a favor: 9 (CDU);-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Deputada Maria Margarida Netto (CDS-PP)**, dizendo que votou contra a proposta, não por não saudar o 25 de Abril, mas por não concordar com o texto e não se rever na linguagem radical utilizada pela CDU. Considerou esta forma de fazer política, baseada na maledicência, completamente ultrapassada e mesmo inadmissível.-----

---- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, lembrando a proposta que apresentou, alternativa à Moção da CDU, e questionando se a mesma poderia avançar, depois de ser entregue na Mesa.----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que a Mesa decidia por unanimidade aceitar a proposta.-

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, apresentando o seguinte: “Proposta Alternativa à da CDU sobre o 25 de Abril – A Assembleia da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo aprova um voto de louvor e agradecimento ao herói do 25 de Abril, Salgueiro Maia, no qual saudamos e agradecemos aos militares de Abril. Viva o 25 de Abril”.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Francisco Manuel Baudoin Madeira Lopes (CDU)**, referindo que os votos tinham que dar entrada antes do início dos trabalhos. Sugeriu à senhora Presidente que pusesse à votação da Assembleia a alteração desta circunstância, que não seria uma alteração à ordem de trabalhos, mas de qualquer maneira tratava-se de uma moção que estava a entrar já depois de iniciado o Período Antes da Ordem do Dia. Regimentalmente isso não seria possível. De acordo com o senhor Deputado, isso não era algo da competência da Mesa e por isso teria que ser colocada à Assembleia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que se o Grupo Parlamentar da CDU fazia esta proposta

e se achava que não é suficiente a consulta que tinha feito aos colegas da Mesa, cumprir-se-ia o regimento em todos os seus campos e interpretações. Lembrou, no entanto, que em sessões anteriores têm sido apresentadas propostas no Período Antes da Ordem do Dia que têm sido aceites. Nunca a CDU tinha levantado tal questão. Mas se por causa do 25 de Abril queria levantá-la não haveria qualquer problema. Assim, colocava à votação a aceitação da proposta apresentada pelo Partido Socialista, com o título genérico “Proposta Alternativa à da CDU sobre o 25 de Abril”, subscrita pelo senhor Deputado Victor Damião. Colocada à votação a aceitação para que esta proposta fosse apreciada pela Assembleia da CULT, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. A proposta foi, de seguida, colocada à discussão.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado António José Rodrigues (CDU)**, debruçando-se sobre a proposta apresentada. Afirmou não ter votado contra a sua admissão porque em princípio não discordava que ela seja discutida, até porque a prática tem sido aceitar outras propostas depois de iniciada a discussão no Período Antes da Ordem do Dia. Inclusivamente já têm sido feitas alterações a algumas propostas no decorrer dos trabalhos. Quis, no entanto, chamar a atenção para o facto dessa proposta ser em alternativa à da CDU. Sendo assim, a votação que foi tomada em relação à primeira proposta não poderia ser considerada. De acordo com o senhor Deputado, a metodologia a colocar seria uma proposta como “Proposta A” e outra como “Proposta B”, colocando as duas em votações alternativas.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, dizendo que a primeira proposta já tinha sido votada. Portanto, e uma vez que tinha sido aprovado por unanimidade aceitar, do decurso do Período Antes da Ordem do Dia, apreciar na presente sessão a segunda proposta, colocá-la-ia à discussão e votação. Abriu de seguida o período de intervenções.-----

--- Usou da palavra o senhor **Vice-Presidente da Assembleia da CULT, José Manuel Bento Sampaio (CDU)**, questionando se o proponente da proposta

queria manter o título ou preferia alterá-lo. No seu entender não havia necessidade de manter o título com a palavra “alternativa”, uma vez que se tratava de uma proposta própria e diferente.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Victor Damião (PS)**, propondo que a proposta tivesse por título “Saudação ao 25 de Abril”.-----

--- Submetida à votação a **Proposta “Saudação ao 25 de Abril”**, a mesma foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**, terminando a votação com uma aclamação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, colocando à apreciação e discussão o Voto de Protesto do PSD sobre as acessibilidades aos CIRVER’s na Chamusca.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, solicitando um esclarecimento sobre o teor do Voto de Protesto.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, colocando à apreciação da Assembleia a permissão para que o senhor Presidente da Junta da CULT pudesse dar um esclarecimento sobre o teor do Voto de Protesto. Colocada à votação, a permissão foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Isabel Maria Pinto de Almeida (BE)**, afirmando estava a levar-se ao extremo a questão das permissões. A Mesa era soberana para dar a palavra ao Presidente da Junta da CULT e não precisava pedir consentimento aos membros da Assembleia.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando ter tomado nota das declarações da senhora Deputada. Entretanto, o senhor Presidente da Junta da CULT estaria já legitimamente autorizado a pronunciar-se.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo não discordar do assunto do Voto de Protesto, mas sim mas sim do Voto de Protesto em si. Na opinião do senhor Presidente,

naco fazia sentido haver um protesto sobre a maneira como estava a decorrer o processo de construção do IC3, quando afinal não estava naquele momento a decorrer nenhum processo de construção do IC3, sobretudo no troço que era referido no Voto de Protesto. Prosseguiu informando que em relação a este assunto, tem sido permanente a intervenção da CULT em várias reuniões e onde seja oportuno falar da construção do IC3, da sua necessidade urgente e da importância que tem para a nossa região. O senhor Presidente referiu ainda que em reunião que teve nesse mesmo dia em Lisboa, na presença do senhor Secretário de Estado das Obras Públicas, tinha voltado a referir a necessidade da construção do troço do IC3. O senhor Secretário de Estado respondeu que por força dos prazos legais, não poderia anunciar a contratualização do troço antes do último trimestre deste ano. O senhor Presidente lembrou que já tinha comunicado que antes de Outubro era praticamente impossível, na medida em que havia prazos que tinham que forçosamente ser cumpridos. O senhor Presidente informou ainda que na última reunião na CCDR Alentejo, onde se discutiram as verbas do QREN e os projectos estruturantes para a região, tinha voltado a falar IC3. A intervenção da CULT tem sido permanente na defesa deste troço. Neste sentido, tendo em conta o esforço que a CULT tem feito em favor deste equipamento, solicitou que a sua intervenção fosse também publicada na Comunicação Social, a par do Voto de Protesto do PSD, porque lhe parecia justo que fosse dada a conhecer a acção que a CULT tem feito em favor da região.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, concordando com o senhor Presidente da Junta da CULT. Referiu que a construção do IC3 era uma urgência, fundamental para esta região, nomeadamente com o início do funcionamento dos CIRVER's, a partir de meados do corrente ano. Tratava-se de um investimento fundamental, com portagem ou sem portagem, embora esperasse que a mesma fosse sem custos para o utilizador. Mas o mais importante era que ela se construísse e que fossem efectuadas todas as pressões, quer do ponto de vista da Junta da CULT, quer do ponto de vista das

Câmaras interessadas, para que as entidades governamentais andassem com este processo para a frente. Na opinião do senhor Deputado, seria também necessária alguma diplomacia, no sentido de tornar este assunto viável. Tentar consensos, tentar que as coisas andassem para a frente. Por isso, de acordo com o senhor Deputado, o Voto de Protesto parecia ser uma posição muito radical. Se havia negociações e algumas boas vontades, disse acreditar que seria possível o troço ser uma realidade. Disse continuar a acreditar que a Junta e as Câmaras Municipais da região tudo fariam para que o troço fosse uma realidade. Por isso, a posição da CDU em relação a este Voto de Protesto seria a abstenção, mas declarando que concordavam com a urgência desta construção.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, fazendo um apelo. Disse ter conhecimento que estava em fase adiantada de negociação e concertação com a Junta da CULT e com os diferentes Presidentes de Câmara a definição a breve trecho daquilo que poderia ser o futuro da rede viária que iria servir os CIRVER's. Questionou, por isso, se não poderia ser um bocadinho prejudicial à negociação em curso o facto de se apresentar naquela altura um Voto de Protesto por um processo que não estava ainda concluído.-----

---- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, considerando que, tendo em conta o estado das negociações entre todas as entidades interessadas e responsáveis, um Voto de Protesto apresentado naquela altura sobre as acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca e o IC3 poderia de facto ser prejudicial ao avanço do processo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, afirmando que, numa sessão anterior da Assembleia, um Voto de Protesto do PSD sobre o mesmo assunto tinha já sido transformado em Recomendação, por sugestão do senhor Presidente da Junta da CULT, e que nada tinha mudado sobre este assunto. Assim, pretendia manter o Voto de Protesto tal e qual como estava.-----

--- Submetido à votação o **Voto de Protesto do PSD sobre as acessibilidades aos CIRVER's na Chamusca** o mesmo foi **REJEITADO** com a seguinte votação:-----

--- Votos contra: 9 (PS);-----

--- Votos a favor: 7 (PSD e CDS-PP);-----

--- Abstenções: 10 (CDU e BE).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que o PSD lamentava profundamente o resultado da votação por achar que poderia haver riscos para a população. Terminou dizendo que se algum dia acontecer aquilo que se espera que não aconteça, que as pessoas que votaram contra assumissem o ónus político por aquilo que fizeram.-----

--- Usou da Declaração de Voto a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, solicitando à Junta da CULT que pusesse por escrito as questões que preocupavam os Deputados da Assembleia ao Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, para que pudessem ser apresentadas à Assembleia. Afirmou que tinha votado contra o Voto de Protesto por considerar que, estando o processo negocial em fase adiantada, a existência de um Voto de Protesto poderia pôr em perigo os alcances já efectuados.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luísa Pato (PSD)**, lembrando que a Assembleia tinha acabado de votar o Voto de Protesto, dando-lhe um voto contra. Assim, não lhe parecia correcto que a senhora Presidente da Assembleia estivesse a transferir para a Junta as preocupações da Assembleia, quando as preocupações tinham sido chumbadas. Na opinião da senhora Deputada, a senhora Presidente estava a passar para a CULT a publicidade que a CULT precisava para dizer que esteve muito preocupada com o IC3, com as portagens do IC3 e com as variantes, quando essas preocupações tinham acabado de ser chumbadas. Portanto, não lhe parecia correcto que houvesse duas posições dentro da Assembleia: uma de voto contra o Voto de Protesto do PSD e outra, que representava as mesmas preocupações que estavam no Voto

de Protesto, por parte do PS.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, afirmando que a Declaração de Voto ia no sentido de reafirmar que entendia que a Junta da CULT, que estava a acompanhar um processo negocial que já se encontrava num estado avançado do seu desenvolvimento, deveria prestar à Assembleia as informações que tinham sido na presente sessão levantadas. Reafirmou que votou contra por considerar que um Voto de Protesto nesta fase poderia ser nocivo para o ponto em que se encontravam as referidas negociações, que têm estado a ser desenvolvidas pela Junta da CULT e pelos Municípios interessados. A senhora Presidente disse considerar, no entanto, que as preocupações levantadas na presente sessão deveriam ser salvaguardadas e toda a informação possível deveria ser dada pela Junta da CULT à Assembleia. A senhora Presidente prosseguiu dando início à Ordem do Dia e colocando à apreciação e discussão o **Primeiro Ponto da Ordem de Trabalhos: Apreciação da Actividade da Comunidade Urbana**. Explicou que não estaria a fazer intervalo na sessão por se realizarem à mesma hora algumas Assembleias Municipais, pelo que alguns Deputados ainda pretendiam juntar-se às sessões das suas Assembleias Municipais.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luisa Pato (PSD)**, propondo que se efectuasse um intervalo. Explicou que no Cartaxo tinha havido Assembleia Municipal durante a tarde, à qual tinha faltado para estar na Assembleia da CULT.-----

--- Colocada à votação a permissão para que se efectuasse um intervalo, a mesma foi **APROVADA POR MAIORIA, tendo o BE votado Contra (1) e as restantes forças políticas a Favor**.-----

--- Após o intervalo, e retomados os trabalhos, usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, mencionando o já publicado concurso público para a Sinalética Turística. Quis saber que passos se iriam seguir e o que iria acontecer em termos de calendário. Quis saber também, uma vez que tinha sido referido que têm havido reuniões devido à questão do IC3, onde constavam

essas reuniões no documento sobre o Relatório de Actividades da CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Maria Luisa Pato (PSD)**, pretendendo saber se era possível aproveitar o projecto da Sinalética Turística na Lezíria do Tejo para colocar umas placas a indicar a CULT no CNEMA, porque a chegada às instalações era labiríntica. -----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Pedro Osório (CDU)**, pretendendo saber qual o ponto da situação do processo das Águas do Ribatejo, uma vez que não constava no relatório da actividade da CULT.-----

--- Usou da palavra a senhora **Deputada Vera Noronha (PS)**, sugerindo à Junta da CULT, no que dizia respeito às medições de ruído, contactos com o Projecto MoniT, no sentido de se fazerem medições nos Municípios da CULT, relativamente às antenas de telecomunicações que existiam espalhadas pelos locais de utilização pública. O projecto MoniT é um projecto do Instituto Superior Técnico, que faz medições gratuitas quando elas são solicitadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, querendo saber em que estado estava a Sociedade de Reabilitação Urbana.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, para dar a palavra à Junta da CULT para os devidos esclarecimentos.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo, António Torres**, dizendo que sobre a placa da CULT era preciso pedir autorização ao Instituto da Cultura e à Direcção de Estradas, se fosse para colocar a placa numa estrada nacional. Se fosse dentro do CNEMA não haveria problema. Relativamente à Sinalética Turística, informou que a CULT lançou o concurso público, as propostas iriam ser abertas no mês seguinte e teriam que ser analisadas. O prazo de execução que constava no programa de concurso e no caderno de encargos era de 3 meses. Referiu ainda que tinha sido lançado um concurso com quatro lotes, logo este concurso poderia ser adjudicado à mesma empresa ou a quatro empresas diferentes, para que em três meses o projecto fosse implementado. Entretanto, a CULT já tinha conhecimento que o concurso tinha

parecer favorável do Instituto da Cultura e da Direcção de Estradas e estava naquele momento a receber os pareceres dos onze Municípios, que estavam a chegar um a um. Portanto, o calendário teria que ser até Outubro ou Novembro, não podendo passar dessa data, até para efeitos de fundos comunitários, para aproveitar as verbas do Programa Valtejo. Relativamente à Sociedade de Reabilitação Urbana, o senhor Administrador Executivo informou que têm existido várias reuniões com todos os Municípios, estavam na totalidade delimitadas as áreas críticas de conversão urbanística, sendo que havia um ou dois Municípios com necessidade de limar alguns limites. Havia já também uma proposta de estatutos e os Presidentes de Câmara estavam a discutir a repartição do capital social. A SRU, a arrancar, arrancaria com os Municípios de Coruche e Santarém por serem aqueles que tinham já publicados centros históricos. Os outros teriam que delimitar as áreas. Assim, de acordo com o senhor Administrador Executivo, a SRU deveria avançar no mês seguinte. No que toca a medições de ruído para licenciamento de projectos, informou que a CULT não tinha essa competência. A CULT fazia o que era competência dos Municípios, competência essa delegada na CULT, que tinha a ver com ruído de vizinhança. No entanto, houve Municípios que já pretenderam que a CULT pudesse, e estão a ser feitos contactos com o Instituto Superior Técnico, fazer medições ao nível de poluição atmosférica. Assim, no que toca à mencionada questão das antenas, ela seria possível, até porque é a mesma entidade que trata desse assunto. O senhor administrador Executivo afirmou que os senhores Presidentes poderiam analisar a situação e eventualmente estabelecer um protocolo com o Instituto Superior Técnico. -----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, afirmando que o processo das Águas do Ribatejo constava no relatório da actividade da CULT, na página 7. De seguida fez uma referência ao facto da CULT ter apresentado a reprogramação da sua candidatura em Junho de 2007. Explicou que foi pedido à CULT alguns esclarecimentos à reprogramação que tinha sido feita por parte de Bruxelas. Essa resposta foi

prestada pela CULT à Unidade de Gestão, que seguiu para a Direcção Geral do Desenvolvimento Regional e que, tanto quanto a CULT sabia, já teria sido enviado há algum tempo à Comissão Europeia. A CULT esperava agora a aprovação da reprogramação. No que diz respeito à SRU acrescentou que aquilo que o senhor Administrador Executivo tinha referido tinha a ver com os trabalhos preparatórios para que cada Câmara aprovasse internamente nos Executivos e nas Assembleias Municipais as áreas críticas. Depois dessa aprovação em cada Executivo é que as mesmas seriam enviadas à DGOTDU para registo e aprovação. A partir daí poder-se-á avançar com a constituição da Sociedade de Reabilitação Urbana. No que toca aos estudos prévios, os Municípios de Santarém e Coruche estão mais avançados. Os outros Municípios seguir-lhe-ão os passos, na integração da SRU. -----

---- Usou da palavra o **Deputado João Lopes (PSD)**, lembrando que a questão do IC3 não constava no Relatório de Actividades da CULT.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, admitindo que não estivesse escrito, que tenha sido um lapso do relatório. Mas lembrou que as diligências têm sido feitas, como já tinha sido referido.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, passando ao **Segundo Ponto da Ordem de Trabalhos: Apreciação e Votação dos Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2007**.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, mencionando as Águas do Ribatejo e a aprovação da reprogramação que a CULT entretanto efectuou. Referiu que o relatório de gestão e demonstrações financeiras, na página 28, onde constava uma importância avultada inscrita que não foi executada, de 38 milhões de Euros, era aquilo que estava previsto se a empresa Águas do Ribatejo tivesse um funcionamento normal em 2007. Apenas foram executados 3 milhões 499 mil Euros. Tudo o resto está dependente da aprovação da reprogramação que a

CULT fez. Também na página 34, onde estão inscritos 11 milhões e 600 mil Euros com uma execução que de maneira nenhuma justificaria uma inscrição desse valor. Esse valor corresponde a contratos já celebrados, com concursos que foram lançados e adjudicados, e apenas uma pequena parte deles avançou, uma vez que em 2008 é que se vão concretizar. A execução desses contratos, entretanto celebrados no fim do ano de 2007, transitou para o ano de 2008. De acordo com o senhor Presidente, estes eram dos dois factos mais salientes, que estavam relacionados com a aprovação da empresa e que eram os dois aspectos mais influentes dos números que a CULT apresentava à apreciação da Assembleia. Referiu ainda que o ROC estava presente na sessão para o caso da Assembleia querer pedir algum esclarecimento.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, apresentando os parabéns à equipa responsável pela apresentação das contas da CULT. Afirmou que elas pareciam perfeitamente claras e transparentes. Corroborou também o parecer da certificação legal de contas, tal como era transcrito. Disse haver uma justificação e uma precisão da documentação fornecida que me deveria realçar, nomeadamente na questão sempre delicada de obras tituladas pela Comunidade Urbana e que no futuro serão colocadas na empresa Águas do Ribatejo. De acordo com o senhor Deputado, estava perante resultados que lhe pareciam operacionais de realçar. Também no Quadro Comunitário, segundo o senhor Deputado foram aproveitados os Fundos colocados à disposição da CULT e, por isso, deu os parabéns à Junta da CULT pelas contas que eram apresentadas. Reflectiam rigor, transparência e trabalho efectuado.----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Braz (CDU)**, dando os parabéns pelo documento, mas referindo que era um documento não assim tão transparente. Era um bocado complicado e requeria formação. Lembrou que todos os funcionários nesta área nas autarquias foram alvo de formação ao longo de uma série de meses porque não se tratarem de documentos assim tão simples como à primeira vista poderiam parecer. De qualquer forma, as contas estavam muito bem apresentadas e elaboradas. Ainda assim, na observação do

documento destacou duas questões. Nos PPI dizia-se a determinado ponto que a realização dos objectivos previstos em relação ao orçamentado ou estimado tinha ficado pelos 11%. A primeira questão que se colocava era porquê estimar determinados objectivos para depois a concretização e realização se quedar pelos 11%. O senhor Deputado referiu que o senhor Presidente de certa forma já tinha dado uma resposta, mas pretendia que a mesma fosse mais aprofundada, nomeadamente o Ribatejo Digital, Rede de Banda Larga, a actualização da cartografia e o sistema intermunicipal de abastecimento de água. Nas actividades mais relevantes, também se dizia a determinada altura que a execução anual se fixou nos 37%. O senhor Deputado disse saber que havia uma explicação plausível para isto. De qualquer forma, havia também uma explicação política, que pretendia ver esclarecida. Se foram valores definidos e estimados em termos orçamentais, que foram cabimentados porque tinham em conta um conjunto de obras, qual a razão destes 37% em termos de execução anual. No que toca à rubrica do plano da formação contínua em termos de recursos humanos, disse considerá-la positiva, por ter uma verba bastante significativa. De acordo com o senhor Deputado, tomaríamos nós que as empresas em Portugal apostassem na valorização dos seus recursos humanos, na formação contínua, porque teríamos uma parte da situação de precariedade resolvida. Grande parte das necessidades de adaptação às novas tecnologias, às novas funções resolver-se-ia com a aposta na formação.-----

--- Usou da palavra o **Deputado João Lopes (PSD)**, dizendo que existiam, na sua opinião, sempre duas situações em análise na apresentação do relatório e contas. Uma questão tinha a ver com a parte formal e legal da obrigatoriedade da apresentação das contas e da sua legalidade. Quanto a essa, já tinha sido dito que a apresentação das contas por parte dos técnicos estava muito bem feita. Simples, transparente, intuitiva e funcional. Adiantou ainda que gostaria que outros Municípios apresentassem as contas com este nível de detalhe e rigor. Entrando na parte da gestão, considerou haver um desvio em relação ao orçamento da despesa de 82,6%, continuando as execuções orçamentais

extremamente baixas. De acordo com o senhor Deputado, isto mostrava que o Executivo não tinha conseguido executar aquilo que se propôs. Disse perceber também o peso de uma rubrica em particular a nível do orçamento e lembrou os problemas com o projecto Águas do Ribatejo. Na opinião do senhor Deputado, esse projecto parecia uma telenovela que continua sempre com novos capítulos e em que nós não sabemos as cenas dos próximos episódios. O episódio corrente tem a constituição de uma empresa Águas do Ribatejo, ainda por cima com um lapso no início porque aquilo que foi aprovado em todos os órgãos foi uma empresa com um determinado nome, mas depois esse nome nem sequer foi aprovado no Registo Nacional de Pessoas Colectivas e acabou por entrar o segundo nome. Houve uma segunda votação, supostamente por mudança de nome, quando o primeiro nunca fora verdadeiramente aceite – Águas do Ribatejo ou AR – Águas do Ribatejo. Depois aconteceu a falta do visto prévio do Tribunal, falta essa sobre a qual a bancada do PSD em Dezembro chamou logo a atenção e que o senhor Presidente da Junta da CULT justificou com dois pareceres jurídicos, dizendo que estava perfeitamente confiante e muito bem defendido. Segundo o senhor Deputado, viu-se que era o PSD que tinha razão, esperando agora o PSD pela decisão do Tribunal. Lembrou as declarações do senhor Presidente da Junta da CULT, no Jornal O Mirante de 17 de Abril de 2008, admitindo pela primeira vez a possibilidade da escritura que criou a empresa vir a ser anulada. Uma situação motivada pelo facto da CULT não ter submetido a constituição da empresa ao visto prévio do Tribunal de Contas e que poderia atrasar as obras previstas, bem como o pagamento de obras já feitas. Mais à frente, o artigo dizia ainda “o Presidente da CULT esclarece ainda que o Tribunal de Contas já pediu explicações sobre o facto de não ter sido solicitado o visto prévio e que neste momento está a analisar a situação. Se os juízes do Tribunal de Contas vierem a considerar a escritura nula, a União Europeia pode recusar a transferência do financiamento ao abrigo do Fundo de Coesão, no valor de 28,4 milhões de euros, já que a Águas do Ribatejo fica sem existência legal”. Ora, de acordo com o senhor

Deputado, já se tinham passado tantas coisas com este projecto, ainda por cima o projecto mais estruturante pelo menos em termos de despesa envolvida no orçamento da CULT, que era óbvio que tinha que se ter sempre muita atenção com ele. O que era verdadeiramente incrível, na opinião do senhor Deputado, era como continuavam a acontecer erros desta natureza no avanço do projecto. Relembrou a situação da reprogramação dos nove municípios para sete ou para sete+um+um e todas as outras questões que isso envolveu. No que diz respeito às SRU, considerou que - o senhor Presidente da Câmara Moita Flores tem-se queixado disso mesmo – a SRU intermunicipal também tem demorado muito na sua constituição. Assim, disse esperar que ao menos esta quando nascesse, nascesse certa e não fosse como as Águas do Ribatejo. No que dizia respeito ao critério de valorimetria das imobilizações, era referido que nos casos em que os investimentos financeiros relativamente a cada um dos seus elementos específicos tivessem na data de balanço um valor inferior ao registado na contabilidade este poderia ser objecto da correspondente redução através de conta apropriada. Neste sentido, lembrou que a CULT tinha duas participações financeiras em duas empresas e que tinha sido isso a motivar a obrigatoriedade do Revisor Oficial de Contas, porque uma delas seria uma empresa constituída apenas por autarquias. Na opinião do senhor Deputado, dado que deve haver um ajustamento caso a situação líquida dessas empresas também esteja inferior ao valor de aquisição e dado que deve haver esse ajustamento em investimentos financeiros, seria transparente tanto em relação às contas como em relação à Assembleia trazer àquele órgão as contas, para se verificar também se existia ou não necessidade de criar uma provisão para investimentos financeiros. Quanto ao quadro de pessoal e os dados relativamente ao pessoal, quis saber se não deveriam também ser entregues juntamente com as contas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Nunes (PS)**, questionando se os Deputados da Assembleia estavam cobertos por algum seguro. Essa resposta nunca mais tinha sido dada. Lembrou que se tinha ficado com a sensação de

que os Deputados não estavam cobertos por seguro nenhum nas suas deslocações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, dizendo que era evidente que a empresa Águas do Ribatejo tinha passado por várias vicissitudes e todos os Municípios têm sido prejudicados com a opção que fizeram Santarém e o Cartaxo. Toda a gente conhecia a história. Também se sabia que a reprogramação era aprovada em Bruxelas e que não era de um dia para o outro, sobretudo quando se pediam esclarecimentos. Referiu que a CULT já fez os esclarecimentos, que já foram enviados pela Direcção Geral de Desenvolvimento Regional para Bruxelas e que esperavam a sua aprovação para que a empresa pudesse avançar com a execução de obras, que em todos os Municípios têm muita influência. Mas lembrou que não era uma empresa constituída com sete+um+um. Disso podiam estar todos seguros. No que toca à SRU, lembrou que quando o senhor Presidente Moita Flores estava a falar para um Jornal, em Abril, a dizer que a CULT era a culpada de não estar constituída a SRU, estava a Junta da CULT reunida a dizer precisamente que Santarém era o único Município que não tinha ainda respondido aos elementos que lhe foram solicitados, nem tinha feito a opção de pertencer à SRU. Estava também o senhor Vereador da Câmara de Santarém a comprometer-se a enviar os elementos com urgência e estava a Junta da CULT a fazer um ofício para a Câmara Municipal de Santarém a pedir mais uma vez, depois de alguns meses, que houvesse uma definição e que pudessemos avançar com a constituição da SRU. Nessa altura estava o senhor Presidente Moita Flores a fazer declarações ao Jornal. Portanto, fala-se na Câmara de Santarém de uma maneira e, na Junta da CULT, um elemento também do Executivo de Santarém reagiu de outra completamente oposta. Referiu que havia ofícios para comprovar as suas declarações.-----

--- Usou da palavra o senhor **Ricardo Portela, técnico que prestou consultadoria à elaboração dos documentos de prestação de contas**, explicando o critério de valorimetria das participações financeiras. Referiu que o

que estava registado e o critério utilizado foi o método do custo. Não foi utilizado o método da equivalência patrimonial e não foi feito o ajustamento porque a percentagem de participação não o justifica, com excepção da Inovartejo. De facto já são 12,5%. No entanto lembrou que a CULT teve a resposta após o fecho das contas, que a empresa já tinha sido dissolvida e o resultado da partilha no caso da CULT era zero, com excepção do pagamento especial por conta, em que reverteria proporcionalmente à participação de cada um dos Municípios associados. A movimentação inerente a essa operação seria registada já no decurso de 2008. Portanto estaríamos a falar de cerca de 18 mil Euros, que não era nada de significativo e não afectava o resultado do exercício de 2007.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo, António Torres**, referindo que relativamente à execução era óbvio que as Águas do Ribatejo podiam estar constituídas há dois anos e portanto a CULT não poderia retirá-las do orçamento. A candidatura estava em Bruxelas e tinha que estar cabimentada para que as obras pudessem ir para visto do Tribunal de Contas. Referiu que aquilo que move a CULT é poder dizer que a obra de Coruche está praticamente pronta, tendo custado a ETAR cerca de 10 milhões de Euros, está para visto do Tribunal de Contas a ETAR da Glória do Ribatejo, vai para visto do Tribunal de Contas a ETAR da Esteveira, estão lançados quatro concursos públicos internacionais nomeadamente para a ETAR da zona industrial de Coruche, ETAR do Couço, da Branca, de Santana do Mato, está lançado um concurso público internacional para a realização de cinco projectos técnicos para a ETAR da Raposa, Paços Negros, Gaviãozinho, Chouto, Parreira/Salvador, São José da Lamarosa e Fajarda, sistema de saneamento de Coruche e estação elevatória da zona norte. Ou seja, para além dos 11 milhões de imobilizado, a CULT está a fazer tudo para que aquilo que é o ouro negro, que nunca tinha vindo para a Lezíria e que são 28 milhões de Euros, não se perca. Portanto esses esforços vão ser feitos. O senhor Administrador Executivo fez, entretanto, uma distinção entre candidatura ao Fundo de Coesão e

empresa Águas do Ribatejo. Uma coisa não casa com a outra. São coisas completamente distintas. Uma coisa tem a ver com questões técnicas de candidatura feita a Bruxelas, outra questão tem a ver com a empresa Águas do Ribatejo. Adiantou que a CULT estava a preparar mais concursos, porque a reprogramação efectuada vai no sentido de se poder executar até 2010. O prazo é curto. O esforço vai ser enorme. Mas a CULT tudo fará para que os 40 milhões de Euros em termos de saneamento em alta não se percam. Esta é a grande justificação para que o projecto Águas do Ribatejo vá sendo conduzido em estreita articulação com todos os Municípios. Ou seja, das componentes da candidatura que está aprovada, quer a inicial quer a reprogramação, todos os sistemas em alta ou têm os concursos lançados ou os projectos técnicos estão a ser elaborados. A única coisa que falta em termos daquela candidatura é pegar nas ETAR's para as quais é necessário fazer obras de reabilitação. No que toca ao projecto da Sinalética Turística, o senhor Administrador Executivo referiu que também era um projecto pesado. Voltou a dizer que foi a candidatura mais difícil que fez. Teve que ter parecer da Direcção de Estradas, IGESPAR e Ministério da Cultura, tendo este processo levado seis a sete meses. A candidatura tem uma aprovação condicionada, o concurso está lançado, não foi executada no timing previsto devido a todas as vicissitudes dos pareceres, mas a CULT espera que este ano se concretize. No que toca à Banda Larga, cerca de 70% da candidatura está executada. Há pormenores que faltam concluir. Atrasou-se um pouco, mas falta só cerca de 30%. Ou seja, até meados deste ano o projecto é executado. Há outros projectos que não vão ser concluídos e estavam em plano de investimentos, neste caso por opção do Município. A CULT tinha, por exemplo, um concurso para fazer um projecto técnico de Valada até à Ribeira de Santarém, mas o Município de Santarém prescindiu e disse que não queria que a CULT continuasse com o estudo. Chegou-se, então, a acordo com o projectista e vai sair do Plano este ano. Por isso também não se executou, mas aí foi por mera opção do Município associado. O Ribatejo Digital está concluído. Já foi entregue o relatório final. Falta ainda receber dinheiro do

POS_Conhecimento. Só depois da CULT receber esse dinheiro é que pode fechar a candidatura, porque ainda tem verbas a transferir para os Municípios e para os parceiros da candidatura. A aquisição da cartografia à escala 1:10000 está a decorrer. Este ano é terminada. Tem financiamento. Aliás, todos os projectos da CULT têm financiamento, inclusive a Sociedade de Reabilitação Urbana. Há uma parte da cartografia, nomeadamente uma parte de Coruche e da Chamusca, que era do IGP num concurso que lançou para o Alentejo e havia problemas na triangulação aérea. São métodos muito técnicos que tiveram que ser dirimidos com o Instituto Geográfico Português e que levaram três ou quatro meses. Só quando se fez uma nova triangulação aérea, feita pelo IGP, é que o processo pôde arrancar. A cartografia está a ser produzida, a mesma já está a ser fornecida à CULT e até meados deste ano o projecto é concluído.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, afirmando que houve uma questão que ficou por responder, relativamente aos mapas de pessoal. Para além disto, e lembrando o que disse o senhor Presidente da Junta de que todos os Municípios estão a ser prejudicados por Santarém e Cartaxo no que toca às Águas do Ribatejo, disse presumir que foram Santarém e Cartaxo os responsáveis pelo não envio dos documentos para o Tribunal de Contas. No que toca à Inovartejo que já foi extinta, referiu que para todos os efeitos era uma participação e não tinha visto isso referido em lado nenhum. Relativamente à questão do custo, exactamente por ser custo, havendo necessidade deveria ser constituída uma provisão. Mencionou que os valores não eram relevantes, mas era apenas um ponto que chamava à atenção devido à necessidade, e dado que a CULT participava em empresas, de a Assembleia ter acesso às contas dessas empresas. Relativamente às Águas do Ribatejo serem diferentes da CULT, afirmou que realmente o eram. Referiu que também era isso que defendiam os outros Municípios, sendo um motivo suficiente para que pudesse haver vários projectos diferentes, em conjugação do sete+um+um.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado José Nunes (PS)**, afirmando que não

tinha sido dado esclarecimento sobre os seguros.-----

--- Usou da palavra o senhor **Deputado Carlos Catalão (PS)**, fazendo um lamento. Infelizmente via Santarém ser referenciada várias vezes e quase sempre pela negativa. Os desvarios do senhor Presidente da Câmara levavam a isto. Lembrou mas mais um projecto que fica para trás: a ciclovia entre a Ribeira de Santarém e a Praia do Tejo. Provavelmente não iria avançar porque o senhor Presidente da Câmara de Santarém entenderia de outra maneira. Também lamentou a falta de documentação que a Câmara de Santarém deveria prestar para a elaboração do início de actividade da SRU. Na opinião do senhor Deputado, era um destempero falar em disparates como aqueles que apareceriam nos jornais, mais uma vez culpando a CULT de coisas que a própria Câmara Municipal deveria ter feito e em bom tempo não o fez. O senhor Deputado quis ainda saber se as ETAR's do Concelho de Santarém e rede em baixa de águas também estavam a ser concluídas e avançadas.-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, fazendo uma referência ao tom sarcástico do senhor Deputado João Lopes quando dizia que a Câmara de Santarém e Cartaxo não tiveram culpa por não se ter enviado a escritura para o Tribunal de Contas. O senhor Presidente lembrou que estavam numa Comunidade Urbana e que o termo de Comunidade tem sido na CULT identidade de princípios, solidariedade e respeito pela palavra. Lembrou ainda que, cerca de 4 anos antes, a Junta da CULT tinha decidido numa reunião de trabalho privada em Évora, entre todos os Presidentes que estavam presentes e ainda com o anterior executivo de Santarém, que iriam ser elaborados os estudos no sentido de constituir uma empresa. Apenas estava de fora a Azambuja e Rio Maior por terem feito outro tipo de opções, antes ainda da referida decisão em Évora, por pertencerem na altura a outra Associação de Municípios. O que é certo é que esse compromisso tomado foi respeitado pelo Executivo anterior até ter saído da Câmara, foi respeitado pelo actual Executivo nos primeiros tempos do seu desempenho na Câmara e depois foi quebrada essa solidariedade que a CULT considera

essencial e que entendia que era benefício para os nove Municípios que se associaram inicialmente. Era isso que a CULT queria. A empresa Águas do Ribatejo podia estar a trabalhar actualmente em pleno para os nove Municípios, incluindo Santarém e Cartaxo. Referiu ainda que o Fundo de Coesão é para financiar projectos supramunicipais e não para financiar Câmaras individualmente. Por isso é que, de acordo com o senhor Presidente, sete+um+um não acontecerá com certeza, porque não se integra no espírito e na filosofia do Fundo de Coesão. Disse lamentar francamente que a empresa Águas do Ribatejo não tenha nove Municípios e tenha apenas sete. Terminou dizendo que foram todas estas vicissitudes que levaram ao atraso que agora se verifica, com prejuízo para todos os outros sete Municípios, que não têm nada a ver com a opção de Santarém e do Cartaxo.-----

--- Usou da palavra o senhor **Ricardo Portela, técnico que prestou consultadoria à elaboração dos documentos de prestação de contas**, afirmando que, relativamente aos mapas de pessoal, a CULT não era obrigada a fazer o balanço social, mas era uma das questões que iriam ter em atenção nos próximos relatórios de gestão. Dada a abordagem do tema, era um dos elementos relevantes. Sobre as participações financeiras, no caso da Inovartejo, referiu que a CULT também só teve em seu poder a acta final e as demonstrações financeiras já nos finais de Abril. Foi completamente impossível fazer uma alteração em tempo útil ao relatório de gestão. Salvo erro, o ofício tinha data de 18 de Abril e chegou à CULT ainda mais tarde.-----

--- Usou da palavra o senhor **Administrador Executivo, António Torres**, dizendo que, no que tocava aos seguros, iria colocar mais uma vez a questão ao Consultor Jurídico da CULT, porque havia uma dúvida que já tinha sido levantada. Os Deputados estão nesta Assembleia por serem também Deputados das Assembleias Municipais da Lezíria. E como Deputados nos Municípios em que participam já estão segurados. Mas iriam colocar essa questão, porque esses seguros não deveriam abranger a viagem até às instalações da CULT.-----

--- Submetidos à votação os **Documentos de Prestação de Contas, referentes ao ano de 2007** os mesmos foram **APROVADOS POR MAIORIA** com a seguinte votação:-----

--- Votos a favor: 18 (PS, CDU e BE);-----

--- Votos contra: 6 (PSD);-----

--- Abstenções: 1 (CDS-PP).-----

--- Usou da Declaração de Voto o senhor **Deputado João Lopes (PSD)**, expondo o seguinte: “O PSD tem sempre como perspectiva que no Relatório e Contas avalia-se a gestão do executivo durante o exercício. É uma avaliação de performance e nunca um documento meramente contabilístico, foi dessa forma que ponderámos a nossa votação. As Contas de 2007 têm uma execução muito baixa de cerca de 18%, tendo no ano anterior sido de cerca de 29% do orçamento, o que significa que a Junta da CULT não conseguiu mais uma vez executar aquilo a que se propôs. O PSD compreende que a CULT não é a única responsável pela não execução de projectos, dado que em muitos casos a CULT actua como gestora de Fundos, ligada a projectos onde as autarquias têm os seus timings próprios para avançar com os mesmos, contudo em muitas situações tem a CULT servido como fonte de retenção de medidas estruturantes para a Lezíria do Tejo, como acontece com alguns erros relacionados com o projecto das Águas do Ribatejo e com a constituição da SRU intermunicipal que há muito deveria estar activa. Vemos com grande preocupação que as despesas correntes foram superiores em cerca de 25% às receitas correntes. Tal está bem patente no saldo orçamental negativo, que é sensivelmente igual ao montante do desequilíbrio corrente. Mais uma vez o projecto Águas do Ribatejo, que representava cerca de 70% do orçamento da CULT falhou. Assim sendo, pela sua importância temos que recordar alguns dos diversos erros relacionados com o projecto sendo o mais importante a perda do fundo de coesão para a componente em alta / água (cerca de 18 milhões de euros) ao abrigo do anterior quadro comunitário de apoio havendo apenas a expectativa que no QREN este fundo seja obtido. Mas dado que há apenas uma expectativa

então tal significa que há incerteza no projecto no que concerne ao Fundo de Coesão que é um elemento essencial ao financiamento do mesmo. Mas infelizmente também em relação ao fundo de coesão para a componente em alta / saneamento há muita incerteza pois a Junta da CULT numa atitude irresponsável tentou afastar dos fundos os Municípios de Santarém e Cartaxo, que constituíam cerca de 40% do projecto, o que pode deitar tudo a perder para os 9 Municípios caso não haja uma conciliação dos 3 sistemas. É de referir que a não obtenção de qualquer um dos incentivos comunitários implica o falhanço deste projecto. O projecto das Águas do Ribatejo, origina uma dúvida muito forte ao ROC da CULT, que se vê forçado a colocar uma ênfase nas contas pois estas podem não dar uma ideia verdadeira e apropriada da situação financeira da CULT. Mas toda a “novela” do projecto continua e parece que terá novos desenvolvimentos, pois o PSD alertou em Dezembro de 2007 para a falta do visto prévio do Tribunal de Contas que considerámos obrigatório e que tal poderia ter consequências nefastas no projecto, tendo o Presidente da Junta da CULT justificado a falta do visto prévio com base em dois pareceres jurídicos. No 17 de Abril de 2008, no jornal “O Mirante” o Sr. Presidente da Junta da CULT (sic) “admite pela primeira vez a possibilidade da escritura que criou a empresa vir a ser anulada. Sousa Gomes diz que o Tribunal de Contas pode vir a “suspender o processo e a obrigar a uma nova escritura de constituição”. Uma situação motivada pelo facto da CULT não ter submetido a constituição da empresa ao visto prévio do Tribunal de Contas e que pode atrasar obras previstas bem como o pagamento de obras já feitas.” (...) “O presidente da CULT esclarece que o tribunal já pediu explicações sobre o facto de não ter sido solicitado o visto prévio e que neste momento está a analisar a situação. Se os juízes do Tribunal de Contas vierem a considerar a escritura nula, a União Europeia pode recusar a transferência do financiamento ao abrigo dos fundos de coesão, no valor de 28,4 milhões de euros, já que a Águas do Ribatejo fica sem existência legal”. Afinal mais uma vez o PSD tinha razão e alertou a tempo. Mais uma trapalhada que pode ditar o final de um projecto estruturante para a

Lezíria do Tejo, que começou torto e “parece que já não se vai endireitar”. Será ainda possível salvar as Águas do Ribatejo? Será que ninguém é responsável? Os Critérios de valorimetria das Imobilizações referem no ponto 4.1.9 que “nos casos em que os investimentos financeiros, relativamente a cada um dos seus elementos específicos, tiverem, à data do balanço, um valor inferior ao registado na contabilidade, este pode ser objecto da correspondente redução, através da conta apropriada.” Assim sendo a CULT deveria anexar as contas das entidades nas quais participa, InovarTejo e Municipia, por uma questão de transparência e para criar a respectiva provisão para investimentos financeiros se necessário. Gostaríamos de realçar a apresentação das contas por parte dos técnicos de forma muito simples, transparente, intuitiva e funcional. Por não ter havido o cumprimento dos objectivos que a Junta da CULT delineou, o PSD não pode votar favoravelmente as contas.”-----

--- Usou da palavra o senhor **Presidente da Junta da CULT, José Joaquim de Sousa Gomes (PS)**, em defesa da honra. Referiu que a afirmação do senhor Deputado João Lopes, de que a Junta da CULT tentou afastar a Câmara de Santarém e do Cartaxo das Águas do Ribatejo contraria por completo o espírito da Comunidade Urbana da Lezíria do Tejo e da Junta da CULT, a que ele presidia. Foram os Presidentes das Câmaras de Santarém e do Cartaxo que se afastaram voluntariamente. A CULT recusaria sempre o afastamento destas duas Câmaras. Nunca tentaria afastar a Câmara de Santarém e do Cartaxo. O afastamento do projecto Águas do Ribatejo é da sua exclusiva responsabilidade.-----

--- Usou da palavra a senhora **Presidente da Assembleia da CULT, Idália Moniz (PS)**, agradecendo o contributo de todos. Fez ainda notar um facto de seu particular agrado. Os contributos que todos têm dado neste mandato para que a apresentação dos diferentes documentos venha a ser melhorada têm sido fundamentais. Por isso mesmo actualmente, com a ajuda preciosa dos funcionários da CULT, que nas diferentes áreas vão elaborando estes documentos, e com os contributos das diferentes bancadas, a Assembleia da

CULT tem documentos mais fáceis, mais rigorosos e que prestigiam cada vez mais o órgão Assembleia e o órgão Junta da CULT. Para terminar, e porque no ponto 2 se chegou à conclusão que a objectividade dos dados tem leituras diferentes de acordo com o sentido que lhes quer dar quem os lê, a senhora Presidente concluiu que aquilo que se tinha estado a fazer era uma espécie de exercício de retórica. Mas estava tomada nota das diferentes posições e afirmações. Certamente que a História se faria um dia e como em todos os processos cá estariam os antropólogos e os vindouros para depois fazerem valer as História e fazerem valer as diferentes posições de quem participou na História durante este período. Não havendo mais assuntos a tratar, a senhora Presidente deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada pelos Presidente e Vice Presidentes da Mesa.-----

---O PRESIDENTE _____

---O VICE PRESIDENTE _____

---O VICE PRESIDENTE _____